

# As territorialidades dos faxinalenses e as políticas públicas educacionais do estado do Paraná: compreendendo realidades, problematizando limites e as possibilidades

## Faxinal territorialities and educational public policy: comprehending reality, limits and possibilities

*Willian Simões*

Universidade Estadual de Ponta Grossa

*Cicilian Luiza Löwen Sahr*

Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Resumo:** A realidade do Brasil rural do século XXI tem se mostrado em constantes conflitos, uma vez que os latifundiários continuam concentrando a terra e oprimindo os demais povos do campo. Diante desta situação, movimentos sociais, em particular das populações tradicionais, exigem seus direitos como o acesso à terra, a produção e reprodução da vida e a inserção de suas especificidades no desenvolvimento de políticas públicas que subsidiem sua permanência na terra. Este artigo é o resultado preliminar de uma pesquisa e traz como recorte as territorialidades e as políticas educacionais voltadas aos povos do campo, em particular aos povos faxinalenses, procurando mostrar em que medida as políticas educacionais acabaram por influenciar o cotidiano das mesmas. Para isso, num primeiro momento, procurou-se contextualizar a realidade de emergência das populações tradicionais enquanto movimentos sociais, apontando os povos faxinalenses como um destes. No segundo momento, são feitas algumas reflexões sobre os conflitos territoriais dos faxinalenses com o Agronegócio no Paraná e em que medida estes conflitos têm colocado em risco essa forma coletiva de ocupação e uso do solo. Logo após, num terceiro momento, um pequeno histórico da articulação entre territorialidades dos povos do campo e as políticas educacionais liga esta situação a um contexto nacional. E por fim, num quarto momento, investigam-se as conseqüências desta política para as territorialidades dos povos faxinalenses e as políticas educacionais.

Palavras-chave: Territorialidade. Políticas públicas. Povos faxinalenses. Paraná.

**Abstract:** The reality of rural Brazil in the 21<sup>st</sup> century is still dominated by constant land conflicts, as large estate owners continue monopolizing land resources and, thus, excluding other segments of the rural population. Confronted with such a situation, social movements, in particular those of traditional populations, demand their rights to land resources, the production and reproduction of their livelihood and the insertion of their specific characteristics into public development policies that strengthen their persistence on their lands. The article presents preliminary results of a research on territorialities and educational politics directed towards rural populations, in particular to *Faxinal* habitants, and gives evidence of how

these educational politics do influence rural daily life. For this purpose, first, it is necessary to contextualize the emerging reality of traditional populations as social movements focusing on the *Faxinal* population. Secondly, some reflections are discussed for the case of Paraná on the territorial conflict between *Faxinal* habitants and Agrobusiness, especially, how such a conflict threatens the traditional land use and land tenure pattern of these populations. Then, a small overview is given on the linkages between traditional territorialities and educational politics in relation to the national context. Finally, the consequences of such educational politics are discussed for the *faxinal* territorialities and their population.

Keywords: Territorialities. Public policies. Faxinal traditional populations. Paraná.

## INTRODUÇÃO

A realidade do Brasil rural do século XXI tem se mostrado bastante conflituosa. A concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários e os interesses do Agronegócio têm desconsiderado a diversidade de povos e seus territórios, suas práticas, sonhos, objetivos e projetos futuros, numa dinâmica de mecanização e/ou exploração da mão-de-obra e conseqüentemente, do aumento da produtividade agrícola para exportação, levando a uma opressão da população, forçando o êxodo rural.

Em meio aos conflitos, as populações tradicionais iniciam uma batalha para dar visibilidade aos seus territórios e suas territorialidades. São estes, os seringueiros, os caiçaras, os moradores de fundo de pasto, as quebradeiras de coco, os pescadores tradicionais, os quilombolas, os indígenas, além dos faxinalenses, que habitam áreas da Mata com Araucária no Estado do Paraná.

Estas comunidades possuem uma história de luta. Muitas destas lutas resultaram num conjunto de leis de reconhecimento de seus territórios e suas territorialidades, mas muito ainda se tem feito para garantir a existência de políticas públicas específicas, respeitando e valorizando conhecimentos e práticas tradicionais.

Neste artigo, numa reflexão ainda inicial, o debate sobre territórios e territorialidades ganha centralidade. Problematiza-se a articulação e/ou desarticulação existente entre territórios e territorialidades das populações tradicionais e a gestão de políticas públicas educacionais, os limites e as possibilidades destas, assim como seus impactos. Tomou-se como referência de análise os povos faxinalenses, protagonistas desta pesquisa.

Assim, num primeiro momento deste artigo, procurou-se contextualizar a realidade de conflitos que tem forçado as populações tradicionais do Brasil, o que inclui os faxinalenses, num tom estratégico, a se organizarem politicamente na luta pelos seus direitos à apropriação e à dominação de suas terras, assim como o reconhecimento de suas territorialidades na construção e no desenvolvimento de políticas públicas.

Logo após, apresenta-se uma breve contextualização específica sobre os faxinalenses em suas lutas contra o agronegócio, assim como, uma geohistoricização das estratégias, conquistas e desafios que tem dado visibilidade a esta forma tradicional e específica de ocupação e uso do solo baseada em práticas sociais coletivas.

Feita a contextualização, procurou-se realizar reflexões acerca das políticas

públicas educacionais do Estado Nacional em específico, baseando-se em documentos oficiais e literaturas sobre a temática, avaliando em que medida estas acabaram atingindo as populações do campo, problematizando as intencionalidades que estão por trás destas, e como vieram interferindo e modificando o cotidiano dos territórios e territorialidades.

Por fim, analisou-se a realidade paranaense, dos povos faxinalenses, considerando o histórico das políticas públicas educacionais do Estado, os resultados de pesquisas já realizadas nestas comunidades, além dos contatos já realizados em eventos e debates.

### **EM MEIO ÀS DISPUTAS TERRITORIAIS, AS TERRITORIALIDADES DOS POVOS FAXINALENSES**

A história do Brasil é marcada por um processo de ocupação européia, pela tomada de terras tradicionalmente ocupadas por populações indígenas, pelo seqüestro e des(re)territorialização negra, ou seja, por múltiplos processos que resultaram em diversas miscigenações. Nesse contexto, as estratégias e as políticas que permitiram e/ou beneficiaram as ocupações e uso do solo sempre acabaram beneficiando uma pequena elite dominadora, sustentando um processo de concentração de terras e a formação de uma elite agrária no país. Este processo levou tanto ao desaparecimento de diferentes etnias tradicionais, como à invisibilidade de muitas outras.

Atualmente, o reflexo desta história se materializa no Brasil rural na forma de conflitos. De um lado, os interesses dos grandes produtores latifundiários, principalmente os ligados ao chamado agronegócio, e de outro, famílias de

agricultores, pequenos produtores, e em particular, as populações tradicionais, que, pelo fato de não possuírem as mesmas condições tecnológicas que os latifundiários, ou são dominados por estes, ou buscam resistir, lutar e permanecer em suas terras, procurando manter suas culturas.

Para Fernandes (2005), o termo Agronegócio foi criado nos anos de 1990 e trata-se de uma forma de organização exploratória de ocupação e uso do solo agricultável. Este, busca alta produção para exportação e descarta a existência de um campo diverso de vidas e culturas, sendo considerado apenas uma reformulação do sistema *plantation* de produção.

Com estas características, o agronegócio vem contribuindo para a invisibilidade das pessoas, suas diversidades, fortalecendo um processo de concentração de terras, mecanizando a produção e forçando a migração humana para as porções periféricas do espaço urbano e intensificando a devastação de diferentes recursos naturais da Terra. Isto vem colocando em risco a soberania alimentar do país e, conseqüentemente, a vida.

Fernandes (2005, p.1) ainda complementa dizendo que o Agronegócio é sim,

[...] uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, exploratório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada pelo satélite [...]

Desta forma, o espaço rural brasileiro se apresenta enquanto território disputado numa relação de poder desigual, na cultura, na política, na economia e na acessibilidade das novas tecnologias. Para esta disputa, “o

território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2006, p. 79).

Assim, se o Agronegócio tem como objetivo a grande produção de *commodities* voltada à exportação, ele aposta na desterritorialização de uma cultura alimentar tradicional e numa territorialização de culturas de mercado. Como consequência, amarra os agricultores à lógica da produção em massa, que desconsidera a história e a complexa existência da vida humana do Brasil rural, substituindo-a pela máquina, ou, ainda, quando estas vidas possuem terras e habilidades que podem ser aproveitadas, são utilizadas num alto grau de exploração e de desarticulação dos sujeitos e de suas comunidades.

O Brasil rural aparece desta forma, como um território de disputas, onde se vê nas lutas travadas, o desejo dos sujeitos de permanecer e resistir na terra, movimento presente na estratégia emergencial das comunidades tradicionais. Estas comunidades manifestam-se em busca de conquistar, se fortalecer e se manter em seus territórios, e de defender suas territorialidades.

As comunidades tradicionais se constituem em um território cujas funções e significados vão além das relações econômicas e de subsistência alimentar, sendo o mesmo, também, um território simbólico, tradicional, em que se manifestam elementos da cultura humana do lugar e do contexto histórico, ou seja, suas territorialidades, cabendo entender que,

[...] mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultu-

ral. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como simples “qualidade de ser território” é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território. (HAESBAERT, 2006, p. 74)

Assim, nessas comunidades, a dimensão mais simbólica do território, as territorialidades, está presente nas lógicas de organização do trabalho, da política, das festas, das rodas de prosa, das religiosidades, da arquitetura das casas, das roupas cotidianas, entre outras manifestações, resultando num território de identidade.

Acompanhando esta reflexão para esta diversidade que se manifesta podemos entender também que “a territorialidade é um esforço coletivo de um grupo social, para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2002, p. 3).

Haesbaert (2006, p.97) complementa afirmando que,

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo.

Cabe salientar que cada grupo, dentro de suas especificidades culturais locais de trabalho, suas formas de relações sociais, constrói seu território e manifesta suas territorialidades de formas diferentes.

Não aceitando mais a sua invisibilidade na produção e na execução de políticas públicas que busquem garantir sua existência e manutenção,



as populações tradicionais emergem no contexto atual se manifestando enquanto verdadeiros protagonistas da história, e exigem do Estado uma outra postura do fazer política para o meio rural. (ALMEIDA, 2006)

Essa luta já resultou historicamente num conjunto de leis de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação do território. Um exemplo é o Art. 231 da Constituição Federal de 1988 no que diz respeito às terras indígenas, sendo estas consideradas de “posse permanente, usufruto exclusivo dos recursos naturais, sendo as terras como bens da união”, o Art. 68, também da mesma constituição, em relação aos Quilombolas, e o Art. 20, que contempla os pescadores. Em particular para este estudo, destaque para o Decreto Estadual 3.446 de 14/08/97 dos territórios faxinalenses, sendo estes definidos como de “uso coletivo da terra para produção animal e conservação ambiental” (ALMEIDA, 2006, p. 61).

Cabe salientar que, para os faxinalenses, protagonistas deste trabalho, o Decreto Estadual 3.446 criou a Área Especial de Uso Regulamentado, chamada de ARESUR, que possibilitou o reconhecimento do espaço físico e de sua importância na proteção ou conservação da floresta, e ainda, lhes conferiu o acesso a recursos do ICMS ecológico para utilização na conservação de sua forma peculiar de organização social.

No Paraná, persiste a existência de mais ou menos 50 comunidades faxinalenses, especificamente na porção denominada de Território Centro-Sul. Estas comunidades se destacam pela sua história, organização social, arranjo espacial e heterogeneidade das manifestações culturais e étnicas. As terras de uso comum para a criação de animais, para a moradia das famílias

e para as manifestações do cotidiano, dão um sentido peculiar de existir e resistir na terra. Cabe destacar que onde existem as comunidades a Mata com Araucária ainda está protegida, revelando um cuidado em relação ao uso da natureza e a manutenção da vida (SAHR e CUNHA, 2005).

As lutas das populações tradicionais do campo exigem do Estado brasileiro o respeito às suas especificidades, que nesta atual conjuntura, dialogando com diferentes formas de organização representativa, agregam em suas conquistas o Decreto de 13 de Julho de 2006, que legitima a existência de uma “Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” e o Decreto 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Ambos os decretos contribuem muito para reconhecer e legitimar as “manifestações” das populações e/ou comunidades tradicionais, mas ainda não garantem de fato que existam políticas públicas que considerem suas especificidades e necessidades, ficando assim o desafio de se criar mecanismos de pressão e fiscalização junto aos Estados.

### **A RESISTÊNCIA DOS FAXINALENSES NO PARANÁ E A REALIDADE CONFLITUOSA COM O AGRONEGÓCIO**

Observou-se nas reflexões já presentes neste texto, que o avanço do agronegócio latifundiário, preocupado apenas na produção quantitativa de *commodities* voltada à exportação, passou a pressionar ainda mais as formas tradicionais de ocupação e uso do solo

no espaço rural brasileiro, destaque aqui para as comunidades tradicionais de Faxinais no Paraná.

Estas comunidades tradicionais, num efeito de reação, passaram a elevar suas manifestações, buscando exigir do Estado o reconhecimento de seus territórios e suas territorialidades. Por sua vez, para algumas, com muita luta, já resultaram num conjunto de leis presentes em diferentes documentos oficiais nas suas diversas escalas (União, Estado e Município), que acabam por regulamentar, teórica e juridicamente, elementos de suas existências. Cabe, todavia, polemizar que a existência de leis que reconhecem e/ou regulamentam territórios não garante a promoção de políticas públicas específicas.

Nesse sentido, "o alvo central dessas territorializações consiste em forçar o Estado brasileiro a admitir a existência de distintas formas de expressão territorial" (LITTLE, 2002, p.13), onde é possível perceber que estes:

[...] se esforçam por mostrar que seus territórios, à diferença de territórios étnicos em outras partes do mundo, não representam uma ameaça ao Estado brasileiro. Não possuem fins separatistas, não guardam exércitos próprios, se consideram como cidadãos brasileiros. O que procuram é o reconhecimento de seus territórios e do modo de vida que construíram ali [...] (LITTLE, 2002, p.20)

É neste contexto que estão os faxinalenses, comunidades que utilizam o solo de forma coletiva para a criação de animais, protegendo desta forma a Mata com Araucária, possuindo também terras de plantar, as quais tradicionalmente são utilizadas para produção de alimentos de subsistência, mas que atualmente em alguns lugares voltam-se também ao agronegócio,

com destaque para o fumo.

Conforme Nerone (2000, p.91),

[...] a escolha do terreno, o modo de se relacionar com a terra, organizando o espaço coletivo e particular, a forma de criar animais, as normas costumeiras, o folclore específico são elementos da cultura própria dos faxinais, constituindo uma totalidade integrada, um todo indiferenciado, apresentando núcleos de ordenação e correlação que são as instituições, das quais o criadouro comunitário é uma delas.

Todos estes elementos próprios da cultura faxinalense funcionam de maneira a articular a comunidade. Em muitos trabalhos e artigos que analisam os mesmos (NERONE, 2000; LEMES, 2005; SAHR e CUNHA, 2005; SOUZA, 2007; entre outros), está presente a afirmação de que a estrutura e as representações desse modo de vida - rodas de conversa, a divisão do trabalho, festas religiosas, o tempo da colheita e da entre safra, os mutirões e/ou puxirões, entre outras - estão alicerçadas na vida comunitária, solidária e de união.

O faxinalense tem, por exemplo, agregada na sua concepção de propriedade, a solidariedade. Concepção esta bastante subjetiva, mas que pode ser evidenciada no ponto de maior integração desta comunidade, o seu criadouro comum.

Neste criadouro, grande parte das famílias faxinalenses possui documentos que comprovam sua posse, dando liberdade às mesmas para fazer o que bem entendem com seu pedaço de terra. Mesmo assim, na maioria dos territórios faxinalenses não há cerca alguma delimitando as terras no criadouro, a não ser aquelas que protegem os quintais da ação dos animais soltos, que podem vir a se alimentar dos pequenos cultivos de flores, frutas e ou

verduras.

Esse regime de solidariedade, claro que de formas e contextos históricos diferenciados, também pode ser visto em territórios quilombolas, dos caiçaras, dos moradores de fundo de pasto, entre outros. O que importa é que, nesse sentido, a solidariedade (re)significa o conceito de propriedade em meio à realidade de conflitos.

Nerone (2000, p.108), em seu trabalho, destaca a presença do fogo de chão, ao redor do qual “ouviam-se muitas vezes as declamações de décimas e poesias como Boi Barroso e Pássaro Cativo. Eram também cantadas as músicas como Luar do Sertão, Tristeza do Jeca e Saudade do Matão”. Lemes (2005, p.71), baseada no relato de um dos membros da desagregada comunidade Faxinal dos Lemes, localizada no município de Ipiranga no Paraná, relata que as festas, realizadas em homenagem aos santos da comunidade, articulavam as pessoas e tinha um caráter de amizade.

Esta realidade de união vem sendo colocada constantemente em risco nesse atual contexto de enfrentamentos com a lógica do Agronegócio. Esse risco constante resulta, em alguns casos, na desagregação desta forma territorial de organização social.

Em Nerone (2000), afirma-se que “a partir de 1982, desapareceram alguns faxinais em Rebouças e Rio Azul, municípios paranaenses, surgindo em seus lugares extensas plantações de fumo, tornando-se Rio Azul o maior produtor de fumo da região” (p.206). Ela ainda nos revela em seus escritos que a posse de propriedades dentro dos faxinais, “alicerçado na chegada dos colonos gaúchos, via Sudoeste do Paraná, atraídos pelos preços baixos das terras na região” (p.188), promoveu o cerca-

mento individual dentro do criadouro comum, o que acabou por se tornar um dos principais eixos de conflitos dentro de determinados faxinais.

Fortalecendo esta discussão, a desagregação do Faxinal dos Lemes do Município de Ipiranga teve como princípio:

[...] as transformações econômicas na produção agrícola. Essas mudanças não permitiam a rentabilidade de alguns produtos agropecuários como a criação de suínos e a extração de erva-mate. A baixa lucratividade gerou alterações nas relações de produção e no desenvolvimento socioeconômico do criadouro. Com a fiscalização sanitária e a instalação de granjas na região oferecendo uma maior produtividade e menor custo, o porco crioulo não consegue competir perdendo espaço no mercado regional. (LEMES, 2005 p.75)

Ainda no caso do Faxinal dos Lemes, segundo Lemes (2005) “o que causou um maior impacto na manutenção do Faxinal foi, entretanto, o cultivo do fumo” (p.77), onde neste caso, “o agricultor é subordinado à agroindústria fumageira” (p.95)

Para entender o movimento de resistência dos faxinalenses, torna-se necessário voltar ao ano de 2005 e 2007, momento em que diferentes instituições<sup>1</sup> de apoio à luta faxinalense

<sup>1</sup> Em 2005, encontro promovido pela Rede Faxinal, criada em 2004, envolveu órgãos do governo - Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Secretaria Estadual do Abastecimento (SEAB), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), prefeituras municipais (Ponta Grossa, Rebouças, etc...), instituições de ensino /pesquisa (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO, etc.), organizações não governamentais (Instituto Equipe de Educação Popular - IEEP, Instituto Guardiões da Natureza - ING, etc.) e membros das comunidades. Em 2007, já organizado pela chamada “Articulação Puxirão”, associação dos povos faxinalenses assessorada pelo IEEP. Ambos os eventos com apoios e financiamentos de órgãos do Governo Federal e Estadual (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, IAP, Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, entre outros).

contribuíram na organização de dois grandes encontros, estes realizados no Município de Irati, no Estado do Paraná, onde se reuniram membros das comunidades para discutirem seus enfrentamentos, conquistas e desafios. Destes encontros surgiu e está se fortalecendo uma organização representativa de base política da luta faxinalense contra o agronegócio, denominada “Articulação Puxirão”.

Nestes encontros foi possível perceber os diversos enfrentamentos de algumas das comunidades faxinalenses em que a lógica mercadológica da monocultura está mais presente (soja, batata, milho, pinus, eucalipto, fumo, entre outros), desarticulando e criando conflitos. Cabe comentar as fortes pressões exercidas por parte dos órgãos de fiscalização da saúde, que, com muito rigor, tem desclassificado a maneira tradicional de criação dos animais nos faxinais, e, ainda, a ação dos conselhos de medicina e de representantes de igrejas que acabaram por condenar as práticas dos ofícios tradicionais das curandeiras, benzedeiros, costureiras, entre outras profissões. Percebe-se, ainda, a falta de apoio do Estado, com destaque para a esfera de poder municipal, na construção e na consideração dos interesses destas comunidades no desenvolvimento de políticas públicas que visem contribuir com a permanência e manutenção deste modo de vida.

Um projeto denominado de “Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil” vem contribuindo para dar visibilidade a diversos grupos de populações tradicionais, como as comunidades de Fundos de Pasto na Bahia, a dos Quilombolas no Pará, a dos Pescadores do baixo São Francisco, a dos Ribeirinhos e

Quilombolas na Amazônia, e, recentemente, a dos Povos de Faxinais no Paraná (ALMEIDA, 2006). Neste projeto, assessorado pelo IEEP<sup>2</sup> no Paraná, os protagonistas, membros das comunidades faxinalenses, principalmente das que compõem a Articulação Puxirão, reforçam suas formas de organização como sendo comunitária e, com muita angústia, revelam sua realidade de conflito fundiário com o Agronegócio.

Munidos da sua autocartografia, os faxinalenses ligados à Articulação Puxirão elaboraram um Dossiê de denúncias que revelam seus conflitos e mostram-se cientes que esta situação:

[...] tem origem na década de 70 e, é promovida pelo avanço do mercado de terras na região associada ao fenômeno da “modernização da agricultura” obviamente em oposição as formas tradicionais. Estas ações são mediadas por empresas agrícolas e florestais, médios e grandes proprietários que realizam aquisição de terras para implantação de lavouras tecnificadas – soja, batata, milho – ou empreendimentos florestais – *pinus* e eucalipto – inicialmente nas áreas de culturas adjacentes ao criador, para posteriormente, avançarem sobre o comum a fim de desertificá-lo. (FAXINALENSES, 2007, p.14)

E ainda entregam às mãos do poder público em uma audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 03 de Julho de 2007, todas as suas reivindicações, muitas delas, direitos que lhes foram negados, combatidos e marginalizados, processo em que o Estado contribuiu também na negação de direitos. .

Paralelamente, a Rede Faxinal busca

<sup>2</sup> O Instituto Equipe de Educação Popular é uma Organização Não-Governamental que vem acompanhando e assessorando os povos do campo na luta contra o agronegócio. Tem prestado assessoria para a “Articulação Puxirão”, que é composta por lideranças de algumas comunidades faxinalenses.



articular as reivindicações dos povos faxinalenses às dos demais povos tradicionais do Paraná (indígenas, quilombolas, pescadores tradicionais, etc.), além de dinamizar e ordenar as ações dos diversos órgãos e entidades da administração pública estadual com atuação direta nestas comunidades, bem como, instituições de ensino/pesquisa e organizações não governamentais. Por fim, a Rede Faxinal vem buscando reunir esforços na criação de uma Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, nos moldes da Comissão Nacional.

### **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS ÀS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: ARTICULAÇÕES E DESARTICULAÇÕES**

O Estado tem um papel importante no que diz respeito à construção e ao desenvolvimento de políticas públicas. Se estas não atendem aos interesses específicos de toda diversidade existente em seu território, torna-se necessário o enfrentamento, o embate político, pois, principalmente quando se trata de territórios e comunidades tradicionais, o que se tem observado nesta reflexão é uma realidade de descaso do poder público em diferentes demandas apresentadas.

Assim, cabe considerar que:

De forma geral, a crise no campo que envolve terras de índio, comunidades negras, faxinais e outras, estão relacionadas também com a falta de um respaldo legal que lhes assegure e reconheça o seu direito de ser e existir dentro da sua lógica, e sua identidade (NERONE, 2000, p. 199).

Dentre as diferentes políticas públicas a serem promovidas pelo Estado e que podem contribuir com a construção de leis e práticas legais, esclarecedoras e afirmativas da existência de uma lógica e de especificidades territoriais e identitárias para as populações tradicionais, estão as políticas educacionais consideradas aqui importantes nesta análise do contexto faxinalense.

As políticas educacionais podem ser de cunho estrutural ou pedagógico. As políticas estruturais garantem o direito de acesso à escola através da construção de escolas, seu fechamento, a qualidade de seus ambientes; da manutenção de professores e da existência de programas de formação continuada aos mesmos; da oferta do transporte escolar, sua dinâmica de atendimento e sua manutenção. As políticas pedagógicas se apresentam na forma de planos curriculares; na construção de diretrizes que acabam por influenciar a organização do trabalho pedagógico escolar; nas metodologias de abordagem dos conteúdos, suas intencionalidades, seus limites e contribuições no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e de construção de seus direitos. Estas se refletem no reconhecimento dos estudantes enquanto sujeitos de direitos, na compreensão destes sobre o mundo em que estão inseridos e na sua autonomia.

Todavia, muitas vezes, estas políticas resultam de uma forte correlação de poder dentro da própria máquina do sistema estatal, assim como, desta com agentes da sociedade civil organizada. Sendo assim, considerar as territorialidades dos sujeitos do campo nas políticas públicas passa principalmente pelos interesses dos governantes, dos gestores, suas alianças e concepções políticas. Por isso, para os faxinalenses, há necessidade e importância da pre-

sença e pressão dos sujeitos envolvidos na causa para garantia de seus direitos, pois:

[...] a elaboração de leis ou políticas sem a existência de um grupo étnico mobilizado não resulta em hipótese alguma no reconhecimento e na elaboração de políticas étnicas para esta realidade fundiária, [...] deixando-se na invisibilidade o sujeito coletivo e o contexto em que nele atuam e se manifestam os faxinalenses. (SOUZA, 2007, p.4)

No que diz respeito à educação voltada às populações do meio rural e suas territorialidades, é possível traçar em seu histórico três momentos importantes: o tradicional, fortemente voltado ao caráter comunitário; o da negação das territorialidades, com conflitos e rupturas; e um momento mais atual, o de um processo de valorização dessas comunidades a partir de fortes pressões de determinados movimentos sociais.

No período tradicional, que antecede os anos 1980, há um forte vínculo entre a escola rural e a(s) comunidade(s) do seu entorno. Assiste-se a construção e a existência de um grande número de escolas, que serão desativadas com o processo de nuclearização que o sucederá. Embora as escolas fossem instaladas nas vilas, muitas vezes dentro de fazendas ou terrenos comunitários, servia apenas a uma educação básica de alfabetização e séries iniciais, sua manutenção era julgada inviável pelo Estado.

No período da negação, tem-se a Educação Rural que, seguindo a lógica latifundiária, considerava o espaço rural atrasado, vinculado a técnicas arcaicas de produção, que precisava ser modernizado e levado ao progresso, desconsiderando as necessidades e as especificidades dos sujeitos do campo (SCHWENDLER, 2004). Este pensa-

mento carregado de intencionalidades contribui, e pode estar contribuindo ainda, com a concentração de terras e com o êxodo rural, provocando um inchaço dos centros urbanos e jogando à opressão do mercado e à exclusão os sujeitos.

Na Educação Rural, estes sujeitos recebem o mesmo tratamento dos sujeitos da cidade, situação em que o contexto local rural é desconsiderado. Muitas escolas presentes em diferentes comunidades foram fechadas por sua inviabilidade econômica, ou passaram a fornecer cursos técnicos para atender a uma demanda de cunho tecnológico do contexto rural brasileiro. Quando do fechamento das escolas, houve o surgimento de uma enorme rede de transporte escolar ligando a comunidade às escolas de outras localidades rurais mais consolidadas e também à cidade, numa política de nuclearização. Cabe ainda afirmar que nenhum documento garantia que as especificidades do cotidiano e as experiências destes povos com seu território fossem levadas em consideração (PARANÁ, 2006).

A seguir, temos um esquema básico (figura 01) que mostra os impactos das políticas públicas educacionais referentes ao período tradicional e o processo de negação das territorialidades dos sujeitos do campo, com ênfase nos impactos da política de nuclearização.

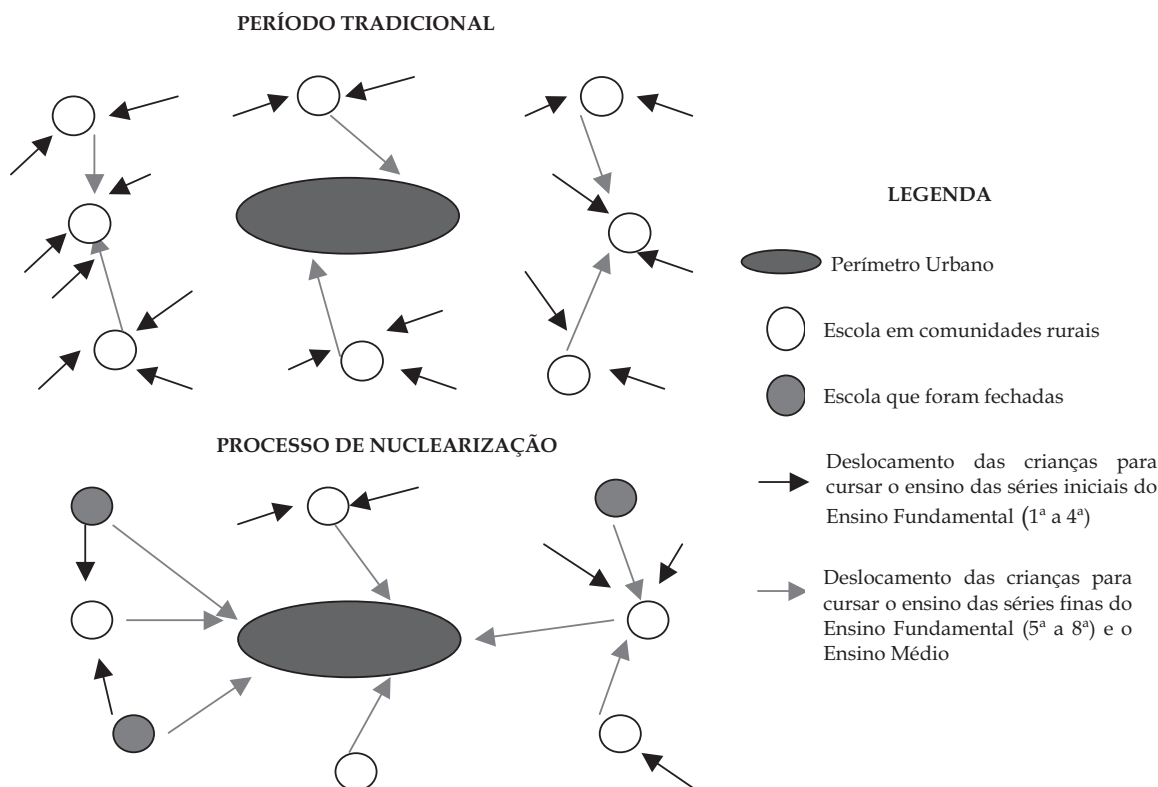


Figura 1: Esquema das mudanças das territorialidades das políticas públicas educacionais no processo de nuclearização

Como pode ser visto na Figura 1, no período tradicional, muitas eram as escolas que se localizavam no meio rural, próximas às comunidades, facilitando a inserção dos moradores, um trabalho muitas vezes direcionado para sua realidade, poucos tinham que se deslocar para finalizar seus estudos, em particular, para terminar o Ensino Médio. Já no processo de nuclearização, principalmente nos anos de 1990 a descentralização de algumas políticas públicas sociais, que eram de responsabilidade e recebiam grande apoio da esfera nacional ou estadual de poder, passaram a ser de maior responsabilidade da esfera municipal, a exemplo do atendimento educacional para estudantes de creches e séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries), muitas escolas foram consideradas

precárias pelo poder local, com custo altíssimo de manutenção.

Assim, com este discurso, as prefeituras passaram a fechar escolas no interior dos municípios, sem ao menos consultar a comunidade, ou ainda considerar a possibilidade da comunidade querer continuar com a escola próxima de seus territórios, levando os alunos a escolas consideradas de melhor estrutura (escola pólo, escola consolidada).

Nesse contexto, uma forte pressão dos Movimentos Sociais do Campo, principalmente dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dava início ao terceiro momento na relação territorialidades e políticas educacionais, pois estes exigiam que outra concepção de Educação fosse traçada junto com os sujeitos do Brasil rural. Neste movimento, agregam-se atualmente os movimentos

representativos das populações tradicionais.

Em 1996, a Lei 9.394 de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDBEN), em seu Art. 28º apontou que “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”. (LDBEN 9394/96)

Reivindicando políticas afirmativas que respeitassem as especificidades do campo, já considerando a Constituição de 1988 em que a “educação é um direito de todos e um dever do Estado” e a LDBEN de 1996, foi realizado em 1997 o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que recebeu apoio da Universidade de Brasília (UNB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Em 1998 foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo numa parceria entre a UNB, o MST, a UNICEF, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (PARANÁ, 2006).

No calor destes debates ficou claro uma proposta de ruptura com a Educação Rural. Anunciou-se o surgimento de uma nova proposta, a da Educação do Campo, onde uma série de conquistas procurou resgatar a valorização das territorialidades dos sujeitos do campo. Assim, em 2002, o poder público nacional lança as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, onde o respeito às manifestações dos povos do campo passam a ser considerados.

Nestas diretrizes, no Art. 2º parágrafo

fo único está firmado que:

A identidade da Escola do Campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Nos artigos seguintes das Diretrizes Operacionais, torna-se cada vez mais claro o papel do poder público nas suas diferentes instâncias (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) como gestor de Políticas Públicas Educacionais. O poder público deve buscar garantir o acesso escolar a todos que habitam o espaço rural, respeitando a diversidade do campo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2002).

Em específico para os Povos e Comunidades Tradicionais, o Decreto 6.040 de 2007 tem muito a contribuir para que políticas específicas sejam promovidas ao trazer em seu Art. 3º, no parágrafo V, como objetivo de :

Garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não formais;

Assim, a partir destas reflexões realizadas, lança-se o desafio de se buscar formas estratégicas de mobilizar o poder público, considerando que a concepção de Educação do Campo e os documentos criados a partir dele, ser-



vem de instrumentos legais, ampliando as possibilidades de se efetuarem políticas públicas educacionais específicas aos faxinalenses.

### **TERRITORIALIDADES DOS POVOS DE FAXINAIS E DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DO PARANÁ: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE FAXINALENSE**

O Paraná acompanhou a tendência nacional no que diz respeito às políticas educacionais. Nos anos de 1990 têm-se as marcas da negação das territorialidades, o que fortaleceu o processo de descentralização da administração das escolas das séries iniciais (1ª a 4ª série), levou à municipalização das mesmas, resultando, segundo dados fornecidos pela Superintendência de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná, no fechamento de mais de 3.500 escolas municipais. Fechamento este que criou uma grandiosa rede de transporte escolar, homogeneizando o atendimento, pois as matrizes ideológicas que estavam por trás da organização curricular eram as mesmas utilizadas para educar estudantes urbanos.

As comunidades mais consolidadas com escolas, cuja infra-estrutura era considerada adequada e economicamente viável, passaram a receber crianças de comunidades vizinhas. Essas escolas passaram a ser chamadas de escolas pólos e/ou núcleos, por isso esse processo ficou conhecido como nuclearização. O Estado continuou mantendo as escolas de 5ª a 8ª Série, que, na sua maioria, estão localizadas no perímetro urbano.

Cabe destacar que até 2004, além das Diretrizes Operacionais para uma

Educação Básica nas Escolas do Campo do Governo Federal, não havia documentos legais por parte do Estado do Paraná que garantisse o respeito às especificidades dos sujeitos do campo na construção e na implementação de políticas públicas educacionais. Assim, pode-se dizer que prevalecia uma educação voltada para a cidade, não considerando as territorialidades locais e, conseqüentemente, contribuindo para a invisibilidade das populações tradicionais, incluindo os faxinalenses.

No desagregado Faxinal dos Lemes, no município de Ipiranga, a vida das crianças é marcada pela nuclearização escolar, onde,

[...] com o fechamento das escolas rurais municipais de Ribeirão Bonito e da Colônia Adelaide, as crianças precisam se deslocar até a distante comunidade de Canguera, onde foi nuclearizado o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. [...] A partir da quarta série do ensino fundamental, os alunos precisam dirigir-se até área urbana de Ipiranga - PR. (LEMES, 2005, p.73)

O transporte escolar para a área urbana também pode ser encontrado no Faxinal Taquari dos Ribeiros, localizado no Município de Rio Azul, Território Centro Sul do Estado do Paraná. Ali, as crianças que acabam as séries iniciais do Ensino Fundamental na Escola Rural Municipal Antônio Jose Ribeiro, localizada dentro do Faxinal, seguem de ônibus para cursar as séries finais e o Ensino Médio nas escolas estaduais localizadas a mais de 30 km da comunidade.

Esse descaso com o espaço rural pode contribuir para desarticular as comunidades, desmotivá-las em suas práticas tradicionais, colocando a vida da cidade como um único modelo cultural a ser seguido, ajudando na

concentração de terras e no aumento do êxodo rural.

Esse descaso pode ser encontrado nas falas de Lenir Aparecida de Andrade Wrona<sup>3</sup>, moradora do Faxinal Taquari dos Ribeiros e professora em uma escola localizada na comunidade vizinha. Lenir Wrona até cumpriu as séries iniciais do Ensino Fundamental na antiga escola de madeira que existia dentro da comunidade, mas dos 11 aos 20 anos teve que parar de estudar, até que houvesse o transporte escolar, terminando seu ensino ginásial (atual ensino fundamental) aos 22 anos e seu ensino médio, via supletivo, aos 37 anos.

Ela afirma que estudar na sua época era muito difícil, os faxinalenses eram muito discriminados e pouquíssimos deles estudavam, e os que arriscavam estudar, na maioria das vezes, tinham que morar fora do Faxinal. Quando questionada sobre o êxodo dos jovens da comunidade, esta afirmou que muitos vão embora porque acham a agricultura um trabalho muito pesado, e que a vida na cidade oferece mais oportunidades. Seu marido, Olívio Wrona também acredita que os jovens têm saído da comunidade porque acham que vão ter uma vida melhor na cidade.

A Sr<sup>a</sup> Neuza Aparecida Pacheco Stresser<sup>4</sup>, professora da Escola Rural Municipal Antônio Jose Ribeiro, acredita que existe discriminação dos professores da cidade para com os alunos do Faxinal que estudam fora, destacando também que muitos estão

indo embora por causa da agricultura que se encontra muito defasada, e que vêm exemplos de jovens que saíram do Faxinal e se deram bem. Afirmou que há 30 anos, aproximadamente, eles plantam fumo e que esta atividade toma muito tempo.

Contrariando este tipo de contexto e não aceitando o descaso do poder público municipal e estadual nas políticas educacionais do Paraná, representantes de diferentes movimentos sociais do campo se reuniram em 2000 no município de Porto Barreiro, e, de lá para cá, uma série de reivindicações, lutas e conquistas passaram a se concretizar. Uma dessas lutas e conquistas foi a criação da Coordenação da Educação do Campo dentro da Secretaria de Estado da Educação no ano de 2003, atualmente vinculada ao Departamento da Diversidade.

Esta coordenação pedagógica é considerada um espaço de relação entre os movimentos sociais do campo e o poder público, para que políticas públicas educacionais voltadas aos sujeitos do campo levem em consideração a cultura, as relações econômicas, as diferentes manifestações do poder e da política, as relações com a terra e com a natureza em geral, ou seja, suas territorialidades.

A partir da criação desta coordenação, parcerias com alguns movimentos sociais criaram experiências afirmativas, tais como a do Estado com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em prol da Escola Itinerante, escola que se encontra dentro dos acampamentos e os acompanha durante suas lutas. Esta promove uma educação escolar respeitando a dinâmica do movimento.

Existem ainda as Casas Familiares Rurais, que numa parceria com outra

<sup>3</sup> Entrevistas realizadas nos encontros com membros da comunidade nos dias 25 de Março e 24 de Julho de 2007, no Faxinal Taquari dos Ribeiros, localizados no município de Rio Azul.

<sup>4</sup> Entrevista realizada no encontro com membros da comunidade no dia 24 de Julho de 2007, no Faxinal Taquari dos Ribeiros, localizado no município de Rio Azul.

instituição denominada ARCAFAR<sup>5</sup> possibilita que uma escola seja construída mais próxima das comunidades e, numa proposta pedagógica na lógica da Educação do Campo, faz com que professores se envolvam pedagogicamente com seus alunos em suas comunidades, considerando suas realidades e práticas na abordagem de seus conteúdos.

Cabe salientar que além destas experiências a Coordenação da Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação tem promovido cursos de formação continuada com os professores, cujo objetivo é disseminar a concepção de Educação do Campo. Ainda, procurou dialogar com algumas das Populações Tradicionais deste estado, que resultou em eventos de formação continuada de professores que atuam em escolas próximas das áreas remanescentes de quilombos, áreas de pescadores e caiçaras, ribeirinhos e ilhéus, do interior e do litoral.

Torna-se necessário refletir sobre a necessidade de ampliar este trabalho, que possivelmente só se tornará realidade mediante maior participação dos movimentos sociais organizados do campo e que entendem que a proposta de Educação do Campo é um instrumento importante para a melhoria da qualidade de vida, o respeito às práticas tradicionais e às identidades, suas territorialidades.

No ano de 2006 foram lançadas as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo, como resultado de uma construção coletiva que envol-

veu representantes da Coordenação da Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação, professores da Rede Estadual de Ensino, professores e pesquisadores das Universidades Estaduais e a Federal do Paraná, e diferentes representantes dos movimentos sociais do território paranaense.

As Diretrizes Estaduais revelam proximidade com as Diretrizes Operacionais do Governo Federal, relatando a diversidade dos povos do campo paranaense, onde os faxinalenses são citados, e ainda eleva o debate sobre o que e como devem ser trabalhados os conteúdos escolares afirmando que “há uma produção cultural no campo que deve se fazer presente na escola. Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração, constituindo ponto de partida das práticas pedagógicas na escola do campo” (PARANÁ, 2006, p.27).

Nesse contexto, enquanto sujeitos de direitos, os faxinalenses podem ser contemplados nas políticas educacionais promovidas pelo Estado, cabendo assim um diálogo construtivo que tenha como objetivo estreitar as relações entre os movimentos sociais e o poder público. Cabe ainda refletir sobre as relações de poder local, as quais podem fazer de suas políticas também uma extensão deste modelo de educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo resulta das reflexões iniciais de uma pesquisa que visa compreender a relação da realidade local faxinalense, seu território e suas territorialidades e as políticas públicas educacionais do Estado nas suas diferentes esferas de poder e como estas impactam na realidade local destas comunidades.

<sup>5</sup> ARCAFAR é uma Organização Não-Governamental que possui um projeto chamado Casa Familiar Rural. A Casa Familiar Rural tem caráter escolar, e é construída próxima das comunidades rurais. A pedagogia adotada no processo de ensino e aprendizagem dos alunos é chamado de “pedagogia da alternância”. A alternância traz os alunos à Casa Familiar para ficar uma semana tendo acesso aos conteúdos escolares e depois os leva de volta às suas comunidades por uma semana para que estes conhecimentos sejam aplicados.

Assim, para este momento, apresentam-se algumas reflexões acerca de pequenos recortes da história, dos conflitos entre Estado e comunidades tradicionais, baseado em documentos oficiais, pesquisas realizadas e também nos encontros com as comunidades faxinalenses. Objetivou-se mostrar que sempre houve o predomínio de políticas latifundiárias no país, e que a Educação não esteve à margem delas, muito pelo contrário, acabou por contribuir.

Entretanto, como está explícito neste trabalho, as lutas dos sujeitos do campo resultaram numa série de transformações do pensar a educação. Esta forma de pensar foi incorporada em parte, muitas vezes carregada de limitações pelo Estado brasileiro e paranaense, cabendo destacar, novamente que pouco se garante a existência de políticas públicas educacionais específicas.

Sobre o desenvolvimento de políticas específicas, não se trata de uma educação especial para cada etnia encontrada dentro das comunidades tradicionais do Paraná, ou dentro das comunidades faxinalenses. Trata-se de, ao desenvolver tais políticas, considerar que o território é repleto de diversidade humana e que precisa ser respeitado. Cabendo, assim, considerar suas territorialidades como: suas relações de trabalho, de troca, seus tempos de realizar atividades tradicionais, as relações interpessoais, suas religiosidades e crenças, suas festas, suas maneiras de se relacionar com a natureza, entre outros elementos, de forma articulada com os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Considerar as territorialidades dos sujeitos do campo, dos protagonistas da educação, pode ser o início de uma implementação da Educação do Cam-

po nas escolas públicas. Ação esta que poderá permitir uma mudança estrutural - pois se muitas escolas foram fechadas, elas podem ser reabertas - e também mudanças pedagógicas - por meio das quais os sujeitos deixem de ser objetos que recebem o conhecimento de forma geral, sem considerar os acúmulos de saberes das comunidades e passem a refletir sobre suas práticas, valorizando elementos de sua identidade, podendo fortalecer seu território, suas territorialidades.

Considerar as territorialidades dos faxinalenses nas políticas educacionais não é uma tarefa tão simples. Cabendo, assim, um processo dialógico entre o poder público e as comunidades locais, num verdadeiro exercício de "escuta".

A atual conjuntura política do Brasil e do Estado do Paraná para o meio rural, por mais contraditória que se apresente, ora abrindo espaço para o Agronegócio e apostando num desenvolvimento pautado nas estratégias de mercado, ora possibilitando diálogos e parcerias para o desenvolvimento de projetos alternativos e de administração local, aparece como o melhor momento para uma aproximação.

A visibilidade de ambas pode resultar na construção de políticas públicas específicas, lembrando que a máquina burocrática do Estado é enorme, existindo sempre alguém para dizer não, por isso a necessidade das estratégias de luta. Cabe ainda refletir que os conflitos, as lutas e as cobranças também podem ser considerados momentos de aprendizados para ambas as partes, que resultam em novas lutas e, por fim, novas políticas.

Essa relação dialética entre Estado e comunidade está presente no Paraná e nada impede que ela se amplie num



atendimento específico aos povos faxinalenses, ficando assim um desafio para estas realidades.

Para este trabalho, para o entendimento da realidade faxinalense, embora presente o predomínio da Educação Rural, cabem ainda alguns questionamentos para seu aprofundamento, como: Em que medida as crianças incorporam em seus discursos os elementos específicos de sua realidade? Como estas vêem o fenômeno de ter que sair de sua comunidade para terminar seus estudos na cidade? Essa saída interfere no seu modo de ver suas territorialidades? A escola que recebe estas crianças reconhece a existência dos faxinalenses? Os professores consideram suas territorialidades em sala de aula, durante a abordagem dos conteúdos? As políticas educacionais locais contemplam as especificidades dos faxinalenses e de seus territórios?

Muitos outros questionamentos são possíveis, pois tais ajudam a entender se existe ou não uma aproximação entre as territorialidades faxinalenses e o desenvolvimento de políticas públicas educacionais e ainda se estas contribuem na articulação ou desarticulação das comunidades.

Por fim, este artigo é o começo de um debate pouco travado na Geografia, cabendo agora a ampliação das pesquisas, o que poderá contribuir para subsidiar uma aproximação entre comunidades tradicionais faxinalenses e o Estado, na busca por ampliar a possibilidade de políticas públicas específicas para estas realidades.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. Terras de Quilombos, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente

Ocupadas. In: **Tradição e Ordenamento Jurídico: nova cartografia social da Amazônia**. v.2, Manaus: UFAM, Fundação Ford, 2006.

BRASIL. **Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo**. Brasília: CNE/MEC, 2002.

BRASIL. **Lei 9.394/96 de diretrizes de base da educação nacional**. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. **Decreto 6.040 de 7 de Fevereiro de 2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Imprensa Oficial: 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

FAXINALENSES, articulação puxirão dos Povos. **Dossiê: conflitos socioambientais e violação dos direitos humanos na Floresta com Araucária**. Irati: mimeo, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e reforma agrária**. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente: mimeo, 2005.

LEMES, Elaine Cristina. **Da sustentabilidade do sistema de Faxinal a subordinação à agroindústria do fumo: a desagregação do Faxinal dos Lemes no Município de Ipiranga** – Pr. 2005. Monografia (Bacharelado). Graduação em Geografia, UEPG, Ponta Grossa - PR.

LITTLE, Paul Elliot. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. v. 322, Brasília, 2002.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar: sistema Faxinal Rebouças 1950 – 1997**, 2000. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UNESP, Assis – São Paulo. PARANÁ. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR), 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Os faxinais enquanto populações tradicionais e territórios sociais: algumas reflexões. VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPEGE, 2005. p.123-136.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. O significado social e ecológico dos faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. **Revista Emancipação**, v.5, n.1, p. 89-104, 2005.

SOUZA, Roberto Martins de. Da invisibilidade para a existência coletiva: redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de povos faxinalenses. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007. SCHWENDLER, Sônia. Principais problemas e desafios da educação do campo no Brasil e no Paraná. In: **Cadernos da Educação do Campo**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2005.

#### FONTES ORAIS:

SRESSER, Neuza Aparecida Pacheco. **Entrevista realizada na comunidade Taquari dos Ribeiros, município de Rio Azul**. Data: 25 de mar. e 24 de jul. de 2007.

WRONA, Lenir Aparecida de Andrade. **Entrevista realizada na comunidade Taquari dos Ribeiros, município de Rio Azul**. Data: 24 de jul. de 2007.

(Recebido em 12/01/2008 e aceito para publicação em 22/04/2008)